



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

Chamada Pública n.º 001/2021

Chamada Pública para cadastramento de possíveis beneficiários do auxílio emergencial destinado a socorrer empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas de contenção a disseminação da covid-19 no município de Congo/PB.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO – PB**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Senador Ruy Carneiro, S/N, Centro, Congo – PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.870.164/0001-81, representado neste ato pelo Sr. Prefeito, **ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 226/2021, através da Secretaria de Ação Social, faz publicar o presente edital de Chamada Pública para cadastramento dos **EMPREENDEDORES DO SEGMENTO DE BARES, DIRETAMENTE AFETADOS PELAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CONGO/PB** que tenham interesse e preencham os requisitos para o recebimento do auxílio emergencial criado pela Lei Municipal nº 226/2021;

I - Do Objeto

1. O objeto da presente Chamada Pública é o cadastramento de possíveis beneficiários do auxílio emergencial destinado a socorrer empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas de contenção a disseminação da covid-19 no município de Congo/PB, disposto na Lei Municipal nº 226/2021;

II - Do Requerimento de Inscrição

2. O requerimento de inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo interessado, com as informações pessoais, nos termos do anexo I do presente edital, juntamente com a documentação prevista no item 4 deste edital, deverá ser apresentado **até o dia 12 de maio de 2021, das 8h às 12h**, junto à Comissão de Avaliação e Julgamento do Programa do Auxílio Emergencial, na sede da Administração da Prefeitura Municipal do Congo (PB);

III - Dos Requisitos para o Cadastramento dos Beneficiários

3. Estão incluídos, para fins de recebimento de auxílio emergencial, os que comprovarem ser proprietários de estabelecimentos do segmento de bares, no Município de Congo;

3.1. A comprovação se dará mediante a apresentação de Alvará de Funcionamento, documento hábil a comprovar que o beneficiário é proprietário do estabelecimento comercial;

3.2. O beneficiário deverá comprovar a quitação do Alvará de Funcionamento do ano de 2021;

3.3. Caso o beneficiário ainda não tenha emitido o Alvará de Funcionamento do exercício do corrente ano de 2021, este será anistiado, considerando automaticamente renovado para aqueles que estiverem quites até o ano de 2020;

3.4. O beneficiário não poderá, em nenhuma hipótese, possuir vínculo com a prefeitura, seja à título efetivo ou precário, sob pena de responsabilização nas penas e cominações estabelecidas em Lei;

IV - Dos Documentos para o Cadastramento

4. Os documentos exigidos para o cadastramento são os listados a seguir, os quais deverão ser entregues junto à Comissão de Licitações:

4.1. Documento de Identificação Pessoal: CNH, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho ou Carteira Profissional;

4.2. Cadastro de Pessoa Física-CPF

4.3. Comprovante de Endereço: Contas de luz, água, telefone, bancária ou demais correspondências;

4.4. Alvará de Localização e Funcionamento do Estabelecimento;

4.5. Conta Bancária para recebimento do benefício;

V - Da Avaliação e Aprovação do Requerimento

5. O requerimento de inscrição, juntamente com os documentos apresentados serão apreciados pela Comissão de Avaliação e Seleção, a qual emitirá a devida decisão com o resultado da análise documental, para, em seguida, encaminhar à autoridade superior, o prefeito constitucional, para ratificação ou não da decisão, da Comissão de Avaliação, e possível homologação e autorização do pagamento;

VI - Do Pagamento

6. O pagamento será realizado, por intermédio da tesouraria do Município, procederá ao cadastramento dos beneficiários do auxílio emergencial, o qual será no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e será pago em parcela única, podendo ser prorrogado por uma única vez;

VII - Da Fonte de Recursos

7. A fonte de recursos para fazer face ao pagamento das parcelas do auxílio emergencial será proveniente de recursos próprios, oriundos da economia proveniente com a paralisação de parte dos serviços públicos e da programação dos eventos não realizados pela Prefeitura de Congo;

VIII - Das Disposições Gerais

8. Outras informações sobre a presente Chamada Pública poderão ser obtidas junto à Comissão de Avaliação e Seleção, no horário de 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail administracao@congo.pb.gov;

8.1. A administração publicará no Portal da Prefeitura, site oficial na internet <https://www.congo.pb.gov.br/>, o cronograma de pagamento do referido auxílio emergencial, com as orientações necessárias para que os beneficiários sejam efetivamente atendidos;

Congo – PB, 03 de maio de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À Comissão de Avaliação e Seleção,

_____, R.G.
nº _____, CPF nº _____, com endereço à Rua
_____, nº _____,
_____, Bairro _____, Cidade
do Congo, Estado da Paraíba, telefone nº _____, E-mail
_____, vem, respeitosamente, requerer
sua inscrição no programa de Auxílio Emergencial destinado aos
empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas
de contenção a disseminação da covid-19 no município de congo/PB, previsto
na Lei Municipal nº. 226/2021.

Congo/PB, _____ de _____ de 2021.

Nome Completo do Requerente
Assinatura



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

Portaria n.º 170/2021

Constitui a Comissão de Avaliação e Seleção dos interessados em participar da Chamada Pública para cadastramento de possíveis beneficiários do auxílio emergencial destinado a socorrer empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas de contenção a disseminação da covid-19 no município de Congo/PB.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas prerrogativas legais, com amparo na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei Orgânica do Município do Congo (PB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 226/2021, que regulamenta o cadastramento de possíveis beneficiários do auxílio emergencial destinado a socorrer empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas de contenção a disseminação da covid-19 no município de Congo/PB;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização e publicação de edital de Chamada Pública para cadastramento dos **EMPREENDEDORES DO SEGMENTO DE BARES, DIRETAMENTE AFETADOS PELAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CONGO/PB** que tenham interesse e preencham os requisitos para o recebimento do auxílio emergencial criado pela Lei Municipal nº 226/2021;

RESOLVE,

Art. 1º - Fica constituída a comissão de avaliação e julgamento das inscrições formuladas pelos interessados em participar do programa de auxílio emergencial destinado a socorrer empreendedores do segmento de bares, diretamente afetados pelas medidas de contenção a disseminação da covid-19 no município de Congo/PB;

Art. 2º - A referida comissão será composta pelos seguintes servidores:

I - **JOSÉ JOMÁRIO DE SOUSA** - Secretário de Serviço Militar (Efetivo);

II - **ANA LAÍS NASCIMENTO DOS SANTOS FERNANDES** - Diretora de Departamento de Licitações e Contratos;

III - **CARLOS EDUARDO ALVES DE MELO JÚNIOR** - Coordenador de Divisão de Informática e Tec. da Informação.

Art. 3º - A comissão ficará responsável pela análise de toda a documentação apresentadas pelos interessados que vierem a se inscrever no referido programa;

Art. 4º - Ao final da análise das inscrições, a comissão deverá formular o relatório final, com o resultado de todas as inscrições, fazendo constar o nome dos beneficiários aptos a receberem o referido auxílio emergencial;

Parágrafo único - O referido relatório previsto acima deverá ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para que permita a devida homologação e publicação do resultado, para permitir o pagamento do referido auxílio emergencial.

Art. 5º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Publique-se. Execute-se.

Congo – PB, 03 de maio de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

Decreto nº 342/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS E DE ADEQUAÇÃO PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS, ADMINISTRATIVA E COMERCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.175 de 17 de abril de 2021 que trata da adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), termos estes que tiveram sua eficácia prorrogada pelo recente Decreto Estadual nº 41.219 de 30 de abril de 2021;

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 24ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 3 de maio de 2021, na qual o município de Congo se posiciona agora em "bandeira amarela", mas que mesmo a regressão na situação gravosa para menos gravosa, apresenta ainda um número considerável de casos ativos, conforme os recentes boletins divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretária Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas medidas adicionais, restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo e em coadunação com os termos do Decreto Estadual nº 41.175/2021, passando a valer da data de publicação deste Decreto e até o dia 19 de maio de 2021.

Art. 2º - Fica alterado horário de funcionamento do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, situados no âmbito do Município de Congo/PB, reiterando-se todos os termos do Decreto nº 326 de 2 de janeiro de 2021.

§1º O horário a ser cumprido será de segunda-feira à quinta-feira no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 e na sexta-feira será de 08:00 às 13:00.

§2º Durante jornada fixada no §1º deverão ser desenvolvidas as atividades consideradas internas e de atendimento ao público.

§3º O horário de que trata o §1º deste artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executam atividades laborais no âmbito dos órgãos da Administração Direta.

Art. 3º - Em caráter integrativo e de complementariedade ao estabelecido nos termos do Decreto Estadual nº 41.175/2021, podem funcionar com adequações de protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, os seguintes serviços:

I – Serviços considerados essenciais como: supermercados, mercadinhos, mercearias, hortifruti, lava a jato, oficina mecânica, borracharias e açougues, unidade odontológica, revendedores de água e gás, casa lotérica, laboratório de análises clínicas, poderão funcionar das 06:00hs até às 18:00hs.

II - Lojas de varejo, de produtos agropecuários, de material de construção poderão funcionar das 06:00hs até 18:00hs.

III – Farmácias, padarias e postos de combustíveis poderão funcionar entre 06:00hs e 22:00hs.

IV – Academias, das 06:00hs até 22:00hs, limitado o número de 10(dez) usuários para cada hora, sendo ainda obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos usuários e público.

V – Cabeleireiros, barbearias, manicures, pedicure, serviços de depilação e demais estabelecimentos de serviços similares, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), objetivando-se assim, a atender um cliente de cada vez e priorizando pelo distanciamento social, evitando-se assim a aglomeração dentro do recinto do estabelecimento;

VI - Missas, cultos e demais cerimônias religiosas, poderão ser realizadas nas sedes das igrejas e templos, neste caso com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade desde que em áreas abertas, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VII – Reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas nas sedes destas, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VIII – Bares, Restaurantes, Lanchonetes, Loja de conveniência e Similares, somente poderão funcionar das 06:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade com a utilização de áreas abertas, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento.

Parágrafo Único. Fica obrigado a disposição de mesas quando do atendimento nos estabelecimentos enumerados no inciso VIII deste artigo, de pelo menos 2m (dois metros) entre estas e a afixação de cópia do presente Decreto nas dependências dos estabelecimentos comerciais citados no caput deste artigo, para ciência de seus proprietários e clientes.

Art. 4º - A rede pública municipal durante o prazo de vigência deste decreto, funcionará em regime de aulas remotas.

Art. 5º - Em consonância com os termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 41.175/2021 em seu §3º, no âmbito deste município, as instituições privadas de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil poderão funcionar em regime de aulas híbridas.

Art. 6º - Como forma de incentivar a prática do desporto, ficam permitidas as atividades esportivas em campos de futebol, parques, ginásios e quadras, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia, ficando ainda, proibido a presença de público nos locais que propiciem aglomerações.

Art. 7º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural do município de Congo/PB.

Art. 8º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a utilização de aparelhos sonoros por parte da população em geral nos espaços públicos do município de Congo/PB que possam causar aglomerações, excetuando-se a utilização de tais aparelhos por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

Art. 9º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto o acesso de pessoas em ambientes que sejam voltados para a prática de entretenimento e que estejam localizados no âmbito do município de Congo/PB, seja na zona urbana ou rural.

Art. 10 - É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

Parágrafo único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

Art. 11 - Ficam plenamente consolidadas e convalidadas todos os termos contidos no Decreto Estadual nº 41.175/2021 no âmbito deste município, servindo o presente Decreto como norma integrativa e complementar, as ressalvas contidas nos artigos antecessores.

Art. 12 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 13 - A vigilância sanitária municipal, as forças policiais estaduais, AGEVISA e o PROCON estadual ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência, tudo isso já normatizado nos termos dos arts. 6º e 7º do Decreto Estadual nº 41.175/2021.

Parágrafo único - Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 14 - Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§1º - Constatada qualquer infração ao disposto no caput, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§2º - Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§3º - O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§4º - Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no Art. 13 deste Decreto, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

Art. 15 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 3 de maio de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº08

O Prefeito do Município de Congo, Paraíba, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art.79, Inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula **QUARTA** do contrato administrativo Nº 033/2021.

Resolve:

1- Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sra. Leilyane Karol Raposo da Silva, cujo objeto do contrato foi a Contratação dos serviços de TECNICO ADMINISTRATIVO, designada para o Centro de Atenção Psicossocial no CRAS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações Necessárias

Congo, 30 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 171 /2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, **ANDERSON LUIZ SILVA DUQUE**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 074.993.384-44, RG nº 7.805.758 SSDS /PB, do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 03 de maio de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 172/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **JOSÉ JOAQUIM DE LIMA NUNES**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 027.364.724-54, RG nº 2.072.769 SSDS/PB, ao cargo comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 03 de maio de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 03 DE MAIO DE 2021

LEI Nº 231 /2021

Autoriza ao Poder
Executivo à instituir o Dia
Municipal do Gari e dá
outras Providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica instituído o dia 16 de maio como o Dia Municipal do Gari, em homenagem aos profissionais que atuam nos serviços de limpeza, asseio, conservação e Coleta de lixo, como também reservar esse dia de folga para os Garis do município de Congo-PB.

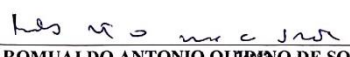
Art. 2º- A data comemorativa instituída por esta lei integrará o calendário oficial de eventos do município. Compete a prefeitura deste Município, dá apoio logístico à categoria quando da realização de eventos.

Art.3º - Está autorizado o Poder Executivo, na referida data comemorativa, Realizar ou firmar parcerias para promover ações voltadas à conscientização da importância Da categoria para a sociedade.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal do Congo – PB, em 03 de maio de 2021.


ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA

Romualdo Antonio Quirino de Sousa
PREFEITO CONSTITUCIONAL
CONGO - PARAIBA